



**Processo nº** 13766.000672/2010-95  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2402-009.954 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 13 de maio de 2021  
**Recorrente** MARCO HENRIQUE KAMHAJI  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2008

COMPENSAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.

Mantém-se a glosa efetuada quando os valores deduzidos, na Declaração de Ajuste Anual, a título de imposto de renda retido na fonte não são comprovados por documentação hábil e idônea.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Rafael Mazzer de Oliveira Ramos - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Denny Medeiros da Silveira (Presidente), Márcio Augusto Sekeff Sallem, Gregório Rechmann Júnior, Francisco Ibiapino Luz, Ana Claudia Borges de Oliveira, Luís Henrique Dias Lima, Renata Toratti Cassini e Rafael Mazzer de Oliveira Ramos.

## Relatório

Por transcrever a situação fática discutida nos autos, integro o relatório do Acórdão nº 03-46.523, da 6<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília/DF (DRJ/BSB) (fls. 19-22):

### Relatório

Contra o contribuinte acima identificado foi emitida por auditor-fiscal da Delegacia da Receita Federal em Vitória/ES, notificação de lançamento referente ao Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2008, ano-calendário 2007, resultando saldo inexistente de imposto, conforme Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido (fl. 07). O

contribuinte foi cientificado do lançamento em 22/06/2010, conforme Aviso de Recebimento (fl. 10).

Em procedimento de verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte supracitado, foi efetuado lançamento de ofício, tendo em vista que foi apurada a seguinte infração:

**- COMPENSAÇÃO INDEVIDA DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE**

Compensação indevida de imposto de renda retido na fonte, por falta de apresentação de Darf de recolhimento do imposto de renda retido na fonte. Valor glosado: R\$ 2.700,00.

O Enquadramento Legal encontra-se nos autos.

Em 13/7/2010, no pedido de impugnação (fl. 2), acompanhado dos documentos de fls. 03/08, o contribuinte alega que:

- a retenção do imposto de renda na fonte refere-se a rendimentos recebidos em virtude de ação judicial;

- atendeu o Termo de Intimação Fiscal.

Requer acolhida a presente impugnação.

É o relatório.

*(destaques originais)*

Em julgamento pela DRJ/BSB, por unanimidade, julgou improcedente a impugnação, conforme ementa abaixo:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Exercício: 2008

COMPENSAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.

Mantém-se a glosa efetuada quando os valores deduzidos, na Declaração de Ajuste Anual, a título de imposto de renda retido na fonte não são comprovados por documentação hábil e idônea.

Impugnação Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Intimado em 03/04/2012 (AR de fl. 26) o Contribuinte interpôs recurso voluntário (fls. 27-31) em 20/04/2012, no qual protestou pela reforma da decisão.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Rafael Mazzer de Oliveira Ramos, Relator.

## Da Admissibilidade do Recurso Voluntário

O recurso voluntário (fls. 73-75) é tempestivo e atendem os demais requisitos de admissibilidade. Assim, dele conheço.

## Do Mérito

Como destacado no relatório acima, o lançamento tributário foi decorrente de rendimentos provenientes de acordo judicial e que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda retido na fonte é da fonte pagadora.

Embora juntado aos autos o acordo judicial, em acórdão recorrido restou o entendimento pela aplicabilidade do Parecer Normativo nº 01, de 24/09/2002, a responsabilidade pelo imposto de renda retido na fonte é da fonte pagadora até a data da entrega da Declaração de Ajuste Anual.

Ainda, após a data fixada para a entrega da Declaração de Ajuste Anual, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda seria do Contribuinte, ora Recorrente, assim como teria o mesmo informado rendimento líquido inferior ao valor que efetivamente deveria ter sido declarado, nos termos da legislação aplicável:

### Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999

Art. 725. Quando a fonte pagadora assumir o ônus do imposto devido pelo beneficiário, a importância paga, creditada, empregada, remetida ou entregue, será considerada líquida, cabendo o reajustamento do respectivo rendimento bruto, sobre o qual recairá o imposto, ressalvadas as hipóteses a que se referem os arts. 677 e 703, parágrafo único (Lei nº 4.154, de 1962, art. 5º, e Lei nº 8.981, de 1995, art. 63, § 2º).

### Instrução Normativa SRF nº 15, de 06 de fevereiro de 2001

Art. 20. Quando a fonte pagadora assumir o ônus do imposto devido pelo beneficiário, a importância paga, creditada, empregada, remetida ou entregue, é considerada líquida, cabendo o reajustamento do respectivo rendimento bruto, sobre o qual recai o imposto.

Em análise aos fatos e à Ata de Audiência (fls. 17-18), na qual registrou o acordo e origem que embasou o lançamento tributário, tem-se nas cláusulas 4 e 5:

- 4) Só será levantada a penhora dos bens feitas às fls. 68/70 após o integral cumprimento do acordo e integral quitação, a cargo exclusivo da reclamada, das contribuições previdenciárias e fiscais.
- 5) É de inteira responsabilidade da reclamada o recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, sem nenhum ônus ao reclamante.

Aqui, tem-se que o acordo fez coisa julgada entre as partes, no sentido de que o recebimento dos valores pelo Contribuinte eram líquidos, razão pela qual inexiste qualquer saldo a ser restituído, uma vez que o pagamento dos encargos fiscais ficaram de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica empregadora.

Assim, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário, mantendo-se o acórdão recorrido.

**Conclusão**

Face ao exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Rafael Mazzer de Oliveira Ramos